

RELATÓRIO DE REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO REFORMA ADMINISTRATIVA

A Pública Central do Servidor teve acesso à reunião do Coordenador do GT da Reforma Administrativa, Pedro Paulo, com a bancada do Partido dos Trabalhadores. Segue abaixo, relatório dos assuntos abordados na reunião.

1. ABERTURA E CONTEXTO

Em continuidade aos trabalhos do Grupo de Trabalho (GT) da Reforma Administrativa, foi realizada uma reunião de síntese para estruturar a proposta final. O debate centrou-se em quatro pilares fundamentais, considerados essenciais para garantir maior eficiência, transparência e equidade na administração pública.

2. EIXOS ESTRATÉGICOS DISCUTIDOS

2.1. Transformação Digital e Transparência

O GT consensuou que a digitalização é a espinha dorsal da modernização do Estado. Foram aprovadas as seguintes diretrizes:

- **Obrigatoriedade do ato digital:** Todos os processos e atos administrativos deverão ser convertidos para meio digital, com total rastreabilidade, eliminando-se definitivamente os trâmites físicos.

- **Identificação única do cidadão:** Definida como um eixo estruturante, deverá

ser implementada em prazo legal definido.

- **Transparência ativa:** Ficará obrigatória a divulgação fácil e acessível de dados de remuneração e informações funcionais, sem obstáculos burocráticos.

- **Padronização federativa:** União, estados e municípios deverão harmonizar suas práticas e sistemas.

- **Concurso público nacional:** Será proposto um modelo federal facultativo, permitindo que entes subnacionais adotem o sistema para reduzir custos e ampliar a transparência.

2.2. Gestão de Pessoas e Carreiras

Este ponto gerou amplo debate, com foco na valorização do servidor e na eficiência. As conclusões foram:

- **Planejamento estratégico:** Os concursos públicos ficarão vinculados a um plano de força de trabalho com horizonte de 5 anos.

- **Racionalização de carreiras:** Busca-se ampliar a mobilidade e reduzir a fragmentação excessiva entre áreas.

- **Estrutura de progressão:** As carreiras terão, no mínimo, 20 níveis. O salário inicial não poderá ultrapassar 50% do teto da carreira, e a progressão será condicionada a avaliação de desempenho.

- **Avaliação de desempenho:** Será adotado um modelo inspirado nas melhores práticas da OCDE.

- **Ingresso intranível:** Até 10% das vagas em carreiras de alta especialização (como pesquisadores doutores) poderão ter ingresso em níveis mais avançados.

- **Estágio probatório:** Terá caráter formativo e avaliativo, com duração de 3 anos.

- **Cargos em comissão:** Serão classificados por natureza (estratégico, tático, operacional), e no mínimo 50% deverão ser ocupados por servidores de carreira.

- **Teletrabalho:** Limitado a 20% do total de servidores, dependendo de plano individual justificado e aprovado pela chefia.

- **Equidade de gênero:** Foram aprovadas medidas de proteção a vítimas de assédio e violência doméstica, além do reforço às licenças parentais.

2.3. Organização de Vínculos Funcionais

Para trazer mais flexibilidade e segurança jurídica, propõe-se:

- **Vínculo estatutário por prazo determinado:** Poderá ser usado para até 10% do quadro, em funções de Estado com duração predefinida.
- **Lei nacional para contratações temporárias:** Estabelecerá regras claras, com limite de 24 meses por contrato e 5 anos por mesmo indivíduo, assegurando direitos mínimos e coibindo ciclos de recontração abusivos.
- **Banco nacional de temporários:** Cadastro unificado em nível federal, com adesão voluntária dos municípios.

2.4. Controle de Benefícios e Verbas Indenizatórias

Discutiu-se a necessidade de controle rigoroso dos gastos com pessoal:

- **Tabela única remuneratória:** Meta de implementação em 10 anos, unificando a estrutura por esfera de governo e extinguindo "ilhas remuneratórias".
- **Verbas indenizatórias:** Deverão ter caráter temporário, não repetitivo e vinculado a um fato gerador objetivo. Serão estabelecidos tetos globais e subtetos individuais entre 30% e 50%.
- **Pagamentos retroativos:** Ficam vedados sem previsão orçamentária e sem trânsito em julgado da decisão.
- **Fim dos "penduricalhos":** Bloqueio de benefícios desvinculados da atividade-fim e proibição de custear encargos legais com fundos de honorários.
- **Aposentadoria compulsória:** Abriu-se um debate específico sobre a revisão do regime aplicável aos magistrados.

3. RISCOS E RESISTÊNCIAS IDENTIFICADOS

O GT manifestou preocupação com:

- A necessidade de enfrentar privilégios consolidados, especialmente no

sistema de justiça, para que a reforma tenha credibilidade.

- A falta de propostas concretas das entidades corporativas, mesmo após convites para diálogo.
- A criticalidade de uma coordenação federativa eficaz para que as boas práticas sejam adotadas por todos os entes.
- O cuidado necessário para que a reforma não prejudique categorias essenciais ou que trabalhem em condições de risco.

4. ENCERRAMENTO E PRÓXIMOS PASSOS

Os membros do GT homologaram as diretrizes e comandos legais propostos. O relatório final será encaminhado para as comissões pertinentes da Câmara dos Deputados, servindo como base para a redação do projeto de lei.